

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

■ INTRODUÇÃO

A entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (CPC) enseja a realização de uma reflexão a respeito de todos os institutos processuais, não apenas para se detectar as inovações eventualmente introduzidas, mas também para se averiguar aquelas disposições normativas que subsistem aos ventos reformistas e têm, assim, sua aplicação/interpretação consolidada.

O presente artigo, a um só tempo, objetiva descrever e analisar criticamente a nova sistemática legal relativa aos honorários advocatícios estabelecida pelo novo CPC, bem como a orientação jurisprudencial mais recente a respeito desse tema, procurando servir, assim, de referência a todos aqueles que, de alguma forma, lidam com essa matéria.

■ OBJETIVOS

Ao final da leitura deste artigo, espera-se que o leitor seja capaz de:

- reconhecer a nova sistemática legal relativa aos honorários advocatícios estabelecida pelo novo CPC;
- identificar a orientação jurisprudencial mais recente a respeito do novo CPC.

■ ESQUEMA CONCEITUAL

Honorários advocatícios: conceito
Honorários sucumbenciais: direito do advogado
Legitimidade autônoma do advogado para cobrar honorários
Honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais: título executivo
Falecimento ou incapacidade civil do advogado
Substabelecimento com reservas de poderes
Arbitramento de honorários advocatícios
Natureza alimentar dos honorários advocatícios e pagamento em nome da sociedade de advogados
Honorários contratuais que compõem a indenização devida por perdas e danos
Honorários advocatícios e assistência judiciária
Hipóteses em que serão devidos os honorários advocatícios
Regra geral de fixação dos honorários advocatícios
Causas de valor inestimável ou irrisório
Honorários advocatícios na ação de indenização por ato ilícito contra pessoas (e nas ações que tenham por objeto obrigação de trato sucessivo)
Honorários advocatícios nos casos de perda do objeto, desistência, renúncia e reconhecimento do pedido
Sucumbência recursal: um desestímulo à litigância infundada
Fixação de honorários sucumbenciais nas causas em que for parte a Fazenda Pública
Revisão de honorários e a Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça
Decisão omissa quanto ao direito aos honorários (superação da Súmula nº 453 do Superior Tribunal de Justiça)
Compensação de honorários e superação da Súmula nº 306 do Superior Tribunal de Justiça
Direito dos advogados públicos aos honorários de sucumbência
Advogado em causa própria
Correção monetária e juros moratórios
Honorários e litisconsórcio
Honorários advocatícios em ações coletivas
Honorários advocatícios em ações de desapropriações
Honorários advocatícios, mandado de segurança e ações previdenciárias
Motivação das decisões e honorários advocatícios
Prazo prescricional para cobrança de honorários advocatícios
Estudo de caso
Conclusão